

PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Yuri Tomaz dos Santos

Universidade Federal de Viçosa – UFV
Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC)
Núcleo de Administração e Políticas Públicas (NAP2), Viçosa, MG, Brasil
yuri.tomaz@ufv.br

Magnus Luiz Emmendoerfer

Universidade Federal de Viçosa – UFV
Programa de Pós-graduação em Administração Pública
GDTeC, NAP2, Viçosa, MG, Brasil
magnus@ufv.br

Elias José Mediotte

Universidade Federal de Viçosa – UFV
Programa de Pós-graduação em Administração Pública
GDTeC, NAP2, Viçosa, MG, Brasil
eliasmediotte@gmail.com

Melina Castro Matos

Universidade Federal de Viçosa – UFV
GDTeC, NAP2, Viçosa, MG, Brasil
melinacm12@hotmail.com

RESUMO

O objetivo é discutir como a governança e o planejamento turístico têm sido tratados na literatura especializada. Em termos metodológicos, empregou-se uma revisão sistemática a partir da análise de publicações científicas nacionais qualificadas. Como principais resultados, verificou-se que os trabalhos sobre governança ainda tratam o planejamento turístico com vista ao desenvolvimento exclusivamente econômico e minimamente inserindo em suas discussões a dimensão sustentável. As inferências, divididas em subgrupos de artigos que se assemelham, possibilitaram constatar problemas associados à inexistência ou ineficácia do planejamento turístico, sendo pensado, mormente, pela dimensão econômica. Somado a isso, observou-se a carência da abordagem da governança no turismo nos trabalhos analisados, sendo necessário inter-relacionar as noções de planejamento turístico sustentável e governança. Como conclusões, os estudos que aproximam governança e planejamento turístico são limitados, sendo a infraestrutura do destino turístico, a centralização de poder e a degradação do meio ambiente considerados pouco expressivos, representando, portanto, os principais desafios do planejamento no contexto do turismo, principalmente se relacionado com a governança. Este estudo contribui para reflexões sobre gestão, desafios e interlocuções entre planejamento e governança no turismo no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Governança Pública. Planejamento Turístico. Desenvolvimento Sustentável.

PLANNING AND GOVERNANCE IN THE CONTEXT OF SUSTAINABLE TOURISM DEVELOPMENT: A SYSTEMATIC REVIEW

ABSTRACT

The aim of this paper is to discuss how governance and tourism planning have been addressed in the specialized literature. In methodological terms, a systematic review based on the analysis of qualified national scientific publications was employed. As main results, it was verified that the works on governance still deal with tourism planning from an exclusively economic development perspective and

minimally insert in its discussions the sustainable dimension. The inferences, divided into subgroups of similar articles, made it possible to verify problems associated with the inexistence or ineffectiveness of tourism planning, which considers only the economic dimension. Added to this, there was a lack of the approach to governance in tourism in the analyzed papers, requiring inter-relation of the notions of sustainable tourism planning and governance. It was concluded that studies addressing governance and tourism planning are limited, with infrastructure of the tourist destination, centralization of power and degradation of the environment considered of little significance, representing, therefore, the main challenges of planning in the context of tourism, mainly if related to governance. This study contributes to reflections on management, challenges and dialogue between planning and governance in tourism in the Brazilian context.

Keywords: Public Governance. Touristic Planning. Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre governança e planejamento no contexto do turismo no Brasil, ainda que limitados, têm apresentado debates emergentes sobre a estrutura do turismo no país, apontando seus principais desafios e reivindicando novos modelos a serem adotados. Tais modelos vão desde a inserção de questões negligenciadas pelo planejamento, que muitas das vezes priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade (ACERENZA, 2002; BARRETTO, 2005; FERNANDES, 2011; RUSCHMANN, 1997), à verificação das especificidades de cada local (DALLABRIDA, 2016a) que tem o turismo como atividade exploratória.

O turismo no Brasil, assim como em outros países, se constitui como uma atividade fim ligada à dinâmica econômica que se estabelece a partir do contexto municipal, haja vista a geração de emprego, a valorização cultural local, o aumento de receitas municipais e a promoção dos destinos turísticos etc. (LUCAS, 2014). No entanto, os benefícios que o turismo dispõe só são possíveis se houver um planejamento que considera o desenvolvimento local/humano e prima, sobretudo, pelo desenvolvimento, ou seja, se preocupa com a degradação espacial que a atividade proporciona.

Faz-se necessário salientar que caso o desenvolvimento local esteja ligado à atividade turística, cabe considerar a sociedade, economia e ambiente como três eixos que estão diretamente correlacionados, uma vez que as diversidades que apresentam têm um papel determinante quanto aos recursos sociais e culturais a serem explorados e às mudanças, bem como o desenvolvimento local que possam vir a promover. Entendendo que cada local turístico tem sua especificidade, é improvável se projetar em modelos de planejamentos aplicados em outras localidades. Por exemplo, nem todas as regiões turísticas têm os mesmos atrativos turísticos ambientais, diversificação de recursos naturais, fácil acessibilidade, hospedagens, praias, recursos humanos capacitados, espaços de lazer etc. Esse olhar acurado se faz importante, haja vista a impossibilidade de aplicabilidade de propostas de planejamento em regiões, que podem não serem viáveis a outras, respeitando as características particulares de cada região (BERTON; CUNHA; CUNHA, 2005).

A participação de diversos atores no planejamento (agentes de instâncias públicas, privadas, governamentais, não governamentais e sociedade civil) abre margem para estudos sobre Governança Turística. Como supramencionado com relação ao planejamento, os trabalhos científicos que discutem governança aproximada ao turismo também são limitados. Para Araújo (2010), a noção de governança se deu a partir da confluência entre democracia, capitalismo e globalização. Faz-se necessário aclarar que, para fins desse estudo, a noção de governança é compreendida como um método de gestão de processos e que, portanto, não deve ser lido como sinônimo de um governo, como alerta Trentin (2016).

Tais inquietudes chamam atenção para a possibilidade de que nem todo destino turístico tenha um planejamento e uma gestão que conjectura a participação e a atuação de diversos agentes, evidenciando centralização de poder e reverberação dos impactos sociais, ambientais e econômicos da atividade turística. Contudo, compreendendo a Governança Turística como a harmonização de atores em prol de ações coletivas que primam o desenvolvimento do turismo (TRENTIN, 2016; MEDIOTTE, 2020) e o planejamento como parte indissociável dessa construção política, o objetivo deste trabalho é **analisar e compreender como os estudos acadêmicos têm aproximado o debate do Planejamento Turístico Sustentável e Governança no Brasil**. No intuito de alcançar tal objetivo, os tópicos apresentados nesse trabalho fazem parte de uma revisão sistemática de literatura de produções científicas pertinentes a este estudo.

Para organização do artigo, a primeira parte elenca o objetivo e o problema de pesquisa. Posteriormente, é conceituada a Governança Turística e Planejamento, estes ensejando aplicações no turismo como atividade em que o *status quo* depende totalmente do pacto e atuação da rede de atores, e explicitar-se-á indicadores de análise que caracterizam a governança, de acordo com a literatura previamente consultada. Em seguida, o planejamento é novamente retomado, primando correlacioná-lo com o desenvolvimento sustentável e quais são as aspirações desse paradigma conceitual quando inserido no contexto do turismo, sobretudo, sustentável. Os procedimentos metodológicos estão inseridos no quarto tópico desse estudo, em que são explicitados os caminhos percorridos e quais ferramentas contribuíram, a partir do meta-estudo, para a elaboração da pesquisa. A sessão seguinte apresenta o estado da arte das literaturas selecionadas para a análise, revelando que a maioria dos trabalhos encontrados são estudos de casos que refletem na dissociação ou confusão de Governança e Planejamento Turístico. Por fim, são apresentados nas considerações finais os principais desafios da literatura, tendo em vista a limitação da referida abordagem e como os objetivos desse trabalho foram respondidos.

REVISÃO DE LITERATURA

GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO NO CONTEXTO DO TURISMO: BASES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Embora possua uma pluralidade epistemológica quanto ao uso do termo, Lohmann e Netto (2016) concebem o turismo como uma atividade dinâmica que envolve aspectos não exclusivamente econômicos, como também ampliam as perspectivas para as dimensões culturais, ambientais e sociais, sobretudo pela necessidade de haver um adequado planejamento que abarque seus efeitos e impactos aos destinos turísticos. Para os autores, desde o século XIX o termo turismo tem sido um campo epistemológico triádico que se divide entre: a) dinâmicas comerciais e empresariais (viagens, hospedagens, agências, meios de comunicação, desenvolvimento local etc.); b) objeto de estudos acadêmicos (estudos que versam sobre planejamento, impactos socioambientais, políticas públicas, sustentabilidade etc.) e; c) a visão reducionista do turismo como atividade de lazer e ócio. Todavia, mais que uma tentativa de esgotar a definição de turismo, Lohmann e Netto (2016) oferecem subsídios para a ampliação da dinâmica turística como esfera que atravessa as experiências e as práticas sociais provenientes dos aspectos que envolvem tradições autóctones, contemplação patrimonial, histórica e artística, bem como a exploração humana destes aspectos.

Ainda nesse sentido, a Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo como uma atividade relacionada à estadia de um visitante fora de seu ambiente habitual de moradia e trabalho por menos de um ano em algum destino com finalidade de lazer e afins, não estando, portanto, empregado no país ou local destinado (UNWTO, 2008).

A Governança Turística, como sendo um termo polissêmico (MEDIOTTE, EMMENDOERFER; OLIVEIRA, 2020), possui várias definições que podem ser aplicadas a depender do contexto. Além disso, pode ser identificado na literatura que a sua concepção está imersa por diversos formatos, interpretações e perspectivas (GONZÁLES, 2014). Não obstante, compreende-se que a literatura, a partir da década de 1990, obteve um novo significado acerca de política de turismo, a qual aborda a noção de governança em detrimento de governo exclusivamente. No que tange ao turismo sustentável, essa mudança de percepção possui influências acerca das relações entre atores políticos, a atuação do Estado e as capacidades de discernimento sobre políticas públicas, mais precisamente, sobre problemas públicos decorrentes da prática do turismo em destinos turísticos (GREENWOOD, 1993; HALL, 1999; 2011).

Nesse sentido, concebe-se a governança como um “paradigma político que diferencia redes, hierarquias e mercados e adota modos mais plurais para governar” (TRENTIN, 2016, p. 652). Em sua constituição, envolve-se a cooperação por meio de parcerias público-privadas fomentadas a partir da gestão pública e pelos *stakeholders*, estes compostos, via de regra, por atores não públicos: agentes privados, sociedade civil e entidades do terceiro setor (KISSLER; HEIDEMANN, 2006; TRENTIN, 2016; SECCHI, 2013). Isto posto, a definição de Governança Turística na qual subsidiará este estudo direciona-se à concepção de Mediotte (2020), ao assinalá-la

(...) como uma construção sociopolítica dotada de valor, a qual depende dos atores e grupos envolvidos em uma rede, suas aspirações e valores, e as decisões que eles tomam sobre questões como responsabilidade, transparência, participação, comunicação, compartilhamento de conhecimento, eficiência e equidade. Tal definição subsidiará todo o percurso epistemológico e suas proposições relativas ao tema deste trabalho. (MEDIOTTE, 2020, p. 15).

Mediotte (2020) também salienta que a governança precisa ser identificada pela presença de elementos de cooperação, coordenação e colaboração de atores, sejam políticos ou não. A coordenação, segundo Raquel e Bellen (2012), está relacionada a processos que primam o interesse coletivo e que tenham resultados eficientes. Nesse ínterim, a coordenação lança mão para outro elemento de governança: a cooperação.

A cooperação está relacionada à rede interacional das instituições, públicas-privadas, a fim de alcançar objetivos que dificilmente seriam consumados individualmente, ou seja, é o trabalho mútuo entre as entidades e os parceiros para alcançar objetivos juntos. No entanto, um dos maiores desafios da cooperação é evitar que as parcerias adotem condutas contrárias àquelas que teriam sido acordadas. O terceiro elemento da governança destacado por Thomson e Perry (2006) é a colaboração, identificada pela ação coletiva das partes envolvidas, em que o estabelecimento de regras é feito de forma autônoma, haja vista o tônus de maior ação coletiva no processo colaborativo (THOMSON e PERRY, 2006).

Identificados esses três indicadores da governança, percebe-se que a práxis se consolida com os horizontes de alguns que comungam e se aproximam das mesmas definições e epistemologias teóricas. A identificação da tríade cooperação, coordenação e colaboração na concepção de Governança Turística, em consonância com a literatura, auxilia a validar as teorias a partir da confluência e existência dos indicadores supracitados (MEDIOTTE, 2020).

Dialogicamente, o planejamento se insere nesse contexto como uma forma de estabelecer meios que evitem situações atípicas que, segundo Ruschmann (1997), não seriam capazes de serem sanadas repentinamente, ou seja, ele funciona como um mecanismo de previsibilidade, organização e alinhamento das ações a serem realizadas. Para a autora, planejamento funciona como uma ferramenta capaz de orientar o corpo organizacional em uma unidade que estabeleça objetivos, determinação de métodos e ordenação de recursos – humanos e materiais. Mais especificamente, no contexto do turismo, o planejamento tem o objetivo de nortear o crescimento de redes e conglomerados turísticos a tornarem os fatores envolvidos naquele planejamento correlacionados, impossibilitando, assim, incompatibilidade entre fatores econômicos e outros, por exemplo, ensejando principalmente a promoção do turismo sustentável (BERTON; CUNHA; CUNHA, 2005).

Para fins deste estudo, o planejamento será concebido como um vetor de desenvolvimento sustentável do turismo a partir das evidências de governança. Em outras palavras, considera-se que o planejamento do turismo deva integrar todas as esferas do sistema turístico, que, segundo Beni (1997), tal sistema envolve doutrinas, ideologias e procedimentos ordenados a fim de orientar o desempenho do turismo, de forma holística e associada a uma rede de atores e organizações interdependentes.

Logo, a definição adotada para planejamento, nesta pesquisa, será a mesma apregoada por Buarque (2002), ao mencionar que

O planejamento [turístico] local e os planos de desenvolvimento são, antes de tudo, um instrumento de negociação com os parceiros potenciais – tanto na fase de elaboração quanto após a produção do documento-síntese – e de aglutinação política dos atores, na medida em que expressa, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais. Além disso, o planejamento e os planos de desenvolvimento ajudam a organizar e canalizar as ações do governo como ‘catalisador de múltiplas iniciativas de diversas instâncias que se articulam e convergem no espaço local (BUARQUE, 2002, p. 84).

Partindo, portanto, do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável é a harmonia horizontal entre meandros econômicos, físicos, sociais e ambientais (RUSCHMANN, 1997), bem como a exploração dos recursos de modo saudável e equilibrado, o planejamento sustentável do turismo dever-se-á pautar na intenção de que o turismo seja satisfatório a todos os atores envolvidos no sistema turístico local e que não agrida o ambiente (humano e físico) para que haja possibilidade de desenvolvimento e bem-estar em outras atividades e processos futuros. Destarte, o planejamento sustentável do turismo exige de seus idealizadores que os recursos ambientais sejam primados e considerados (RUSCHMANN, 1997; FERNANDES, 2011).

Nesse ínterim, o planejamento faz parte da Governança Turística por meio da coordenação e precisa se balizar numa perspectiva sustentável. Segundo Araújo (2010), a necessidade de se ter a noção do significado de governança surgiu em um momento no qual a interação de fatores relevantes, no que diz respeito à democracia, capitalismo e globalização, exigiu dos governos a busca por instrumentos

e modelos que minimizassem os impactos sobre o Estado e corroborassem com a implementação de políticas públicas que também contemplassem a harmonização das relações público-privadas, governo e sociedade (ARAÚJO, 2010).

Embora não haja na literatura aproximações entre o planejamento no turismo e a governança, Ruschmann (1997) aponta métodos e processos para o planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável de forma com que possa haver interlocução com os membros envolvidos na governança, além de apresentar formas e cálculos que servem para aplicabilidade em pesquisas do tema.

Defendendo que o Planejamento Turístico deva estar inserido num contexto global e empreendido pelo governo, tendo em vista às multifacetadas necessárias para o desenvolvimento turístico, com uma coerência entre o físico e o econômico, para a autora o planejamento deve convergir de forma saudável entre os meandros físicos, econômicos, sociais, culturais, técnicos e ambientais (RUSCHMANN, 1997).

Agindo como uma ferramenta compreendida como um roteiro de ações e fenômenos, tênues ou não, e que devam ser levados em consideração desde a idealização da ação à consumação, de acordo com Fraga (2018), o planejamento evita improvisos no processo de gestão e diminui arbitrariedades. O planejamento público como fruto da Constituição Federal de 1988, por mais que tenha sido a base para a fundamentação dos novos planejamentos sobre controle das receitas, tem apresentado o que Pares e Valle (2006) apud Araújo (2010) definem como falta de Planejamento ao Estado se tratando dos gastos propostos e a receita final pós execução.

Por isso a importância de um documento norteador ao chefe do Poder Executivo para que se oriente quanto à Administração Pública e às despesas com (I) investimento, (II) inversões, (III), transferências destinadas à realização de despesas de mesma natureza das anteriormente mencionadas, (IV) despesas de custeio decorrentes dos investimentos e inversões previstas, e (V) despesas de duração continuada relativas às ações fim desenvolvidas pelo governo (ARAÚJO, 2010).

É indispensável, portanto, que o planejamento ocorra de forma horizontal, valorizando as opiniões dos diversos grupos sociais, sujeitos a contestarem as decisões, tendo em vista a inomogeneidade. Assim, o planejamento busca, ou deveria buscar, estudar o público que será beneficiado para que os objetivos não estejam unicamente direcionados aos interesses econômicos.

Embora no planejamento também deva haver a preocupação com o desenvolvimento, com enfoque no crescimento econômico, outras são as predisposições dele no âmbito turístico (INSKEEP, 1993; LUCAS, 2014; BERTON; CUNHA; CUNHA, 2005; MEDIOTTE, 2020). A saber:

- I) O planejamento deve se valer como uma ferramenta capaz de prevenir catástrofes e acidentes ambientais;
- II) Prever as condições do espaço a ser ocupado para que não haja sobrecarga turística e modificação na paisagem local;
- III) Avaliar a capacidade estrutural de saúde que atenda a demanda tanto dos moradores locais quanto dos turistas;
- IV) Antever que medidas serão tomadas em situações atípicas;
- V) Resguardar o espaço físico e o meio ambiente, tais como: a) estabelecer limites para expansão de comércios, pousadas, hotéis e camelôs; b) preservar os espaços tombados como patrimônio; c) estar em diálogo com os órgãos responsáveis por controlar aspectos da poluição visual, sonora, do ar e da água;
- VI) Orientar os estudos de demandas turísticas;
- VII) Promover reuniões entre os órgãos envolvidos nas atividades turísticas, bem como organizações de assembleias, audiências, seminários, redação de atas, memorandos etc.

De certo, a inexistência de um planejamento, ou a má elaboração dele, pode germinar, como refletem Inskeep (1993) e Acerenza (2002), em aspectos negativos, como a elevação inflacionária dos preços

relativos aos produtos e serviços ofertados, sobretudo nos setores imobiliário e comercial; alterações identitárias e culturais, oriundas de um possível processo de hibridização cultural, lançando mão para a perda da identidade local; poluição do ar, da água, da terra, desmatamentos, queimadas, extinção de espécies do ecossistema, seja da fauna terrestre e aquática, como também da flora, desfiguração e (re)transformação exacerbada do cenário paisagístico local.

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como qualitativo, visando ao meta-estudo qualitativo da produção científica. O meta-estudo é uma abordagem metodológica frequentemente utilizada nos estudos científicos, possibilitando a junção de resultados dos estudos acadêmicos viabilizando a representação mais aprimorada das relações entre a literatura ou teorias e das contextualizações presentes nas obras acadêmicas (RICH *et al.*, 1999).

Nesse sentido, este artigo é um avanço do trabalho de Mediotte, Emmendoerfer e Oliveira (2020), pois, a princípio, foi feita uma apreciação do Planejamento Turístico, primando os objetivos, e a Governança Turística, tratando ambos como construções que concatenam o turismo, sendo, portanto, ações que compõem sua unidade. Em seguida, o planejamento é discutido numa perspectiva sustentável e num sentido de horizontalidade para que o desenvolvimento econômico seja eminente em detrimento do conservacionismo.

A escolha do método vem ao encontro de identificar o estado da arte do que tem sido escrito sobre governança no contexto do turismo. Constatou-se, a partir da referida pesquisa, que as discussões que aproximam Governança, Planejamento e Turismo Sustentável são limitadas. Ressalta-se, portanto, que esses elementos compreendem as categorias de análise deste estudo, haja vista a necessidade de olhares que desvelem as concepções acerca destes temas, utilizadas pela literatura especializada, tal qual sugere este trabalho. Faz-se necessário elucidar, no entanto, que, para essa análise, alguns critérios de seletividade foram utilizados.

Nesse ínterim, foram escolhidas, para uma busca densa, as bibliotecas digitais *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Scientific Periodicals Electronic Library* (Spell) e o banco de dados Periódicos Capes. Justifica-se a escolha das plataformas supracitadas por três motivos: (a) alto fator de impacto dos periódicos hospedados; (b) falta de acessibilidade a algumas plataformas outras, bem como segmento da política de dados abertos; e, (c) percepção de alto grau de repetições de bibliografias em mais de uma plataforma. Para isso, foram mobilizadas algumas expressões-chaves para as buscas nas plataformas, buscando facilitar a obtenção de mais estudos sobre o tema e ampliar a área de busca da pesquisa, a saber: Planejamento Sustentável do Turismo; Governança Turística; Governança e Planejamento; Governança Turística; Planejamento Turístico; Turismo Sustentável.

A *priori*, obtivemos um total de 279 amostras. Devido à necessidade de delimitar o escopo da pesquisa, tendo em vista o alto número de repetições em ambas as plataformas, como supradito, optou-se por um recorte de dados que contemplasse trabalhos que trouxessem “governança” e “planejamento” do turismo.

Especialmente no que concerne à governança, também observou-se a perspectiva dos autores analisados com base nos indicadores de governança, ora mencionados na Revisão de Literatura, quais sejam: cooperação, coordenação e colaboração. Essa apreciação possibilitou, inclusive, identificar meandros, congruências e dissonâncias acerca da concepção de governança adotada pelos artigos selecionados, conforme demonstrado no Quadro 1.

Mesmo que tenhamos obtido mínimos resultados, tendo em vista a limitação do tema e ineficiência de bancos de dados que fossem capazes de atender os anseios dessa pesquisa, as bibliografias encontradas apresentaram resultados significantes. Após revisão sistemática e descarte de obras que não atendiam o ensejo dessa pesquisa, foram obtidos, portanto, **18 artigos científicos publicados** em periódicos hospedados nas plataformas supramencionadas, evidenciando seis vírgula oito por cento do valor total obtido na primeira amostra (n = 279), sendo que o mais antigo, data de 2006, e o mais recente publicado em 2020, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Artigos Selecionados.

Ano	Periódico	ISSN	QUALIS	Título	Autor(es)
2006	Revista de Administração Pública	0034-7612	A2	Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do estado de Sergipe	Brito e Araújo
2007	Cadernos EBAPE	1679-3951	A2	A governança regional em turismo: realidade? Estudo de caso sobre o destino Estrada Real	Barbará, Leitão e Filho
2008	Revista de Ciências Humanas (UFV)	2236-5176	B4	A governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica.	Ckagnazaroff et al.
2010	Revista de Administração Pública	0034-7612	A2	Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico	Paiva
2011	Revista de Administração Pública	0034-7612	A2	Análise do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs): um estudo de caso do município de Paraty (RJ)	Ferreira et al.
2015	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	1980-6965	B1	Análise do Plano de Turismo Municipal de São Paulo (PLATUM), com enfoque no desenvolvimento socioeconômico	Nery, Souza e Tomazzoni
2016	EURE	0717-6236	A2	Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas	Dallabrida
2016	Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade	2178-9061	B1	Coordenação e Governança entre Agências de Turismo e Atrações Turísticas: Uma análise de Turismo Sistemas de Produção no Brasil	Arruda, Mariani e Carvalho
2018	Revista de Ciências da Administração	1516-3865	A2	Economia social e solidária, governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável	Sperb e Serva
2018	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	1982-6125	A4	Turismo de Segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea	Abrahão e Tomazzoni
2018	Turismo – Visão e Ação	1983-7151	B1	Gestão Municipal e Ações Integradas para o fortalecimento do turismo no território Quarta Colônia, RS, Brasil	Dotto et al.
2019	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	1982-6125	A4	Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança	Rodrigues e Abrucio
2019	Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade	2178-9061	B1	Governança do Turismo: Planejamento e Gestão Local e Regional em Gramado-RS, Brasil	Trindade, César e Vianna
2019	Interações (Campo Grande)	1984-042X	A3	Eixos de integração e desenvolvimento, Rota de Integração Latino-Americana do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e	Le Bourlegat

				limitações de um novo modelo de governança	
2019	Revista Brasileira de Gestão Urbana	2175-3369	A1	Desafios do planejamento e desenvolvimento do turismo cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo -Alagoas	Ramos
2020	Turismo – Visão e Ação	1983-7151	B1	Convention & Visitors Bureau (CVBX) e Marketing Colaborativo: estudo sobre os motivos de cooperação dos atores do destino nas ações do CVB de Curitiba - Paraná	Paixão, Molteni e Cruz
2020	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	1982-6125	A4	Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018	Graciano e Holanda
2020	EURE	0717-6236	A2	O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise do Campo das Vertentes (MG), Brasil	Santos e Pereira

Fonte - Elaborado pelos autores (2020).

Cabe ressaltar que, embora admita-se a construção de indicadores de planejamento através da ampla literatura, este estudo se concentrou em analisar e compreender como os estudos acadêmicos têm aproximado o debate do planejamento turístico e governança no Brasil, em sentido abrangente. Ainda que se estabeleça uma conexão entre governança e seus indicadores constituintes, o planejamento fora analisado conforme descrito pela perspectiva adotada na Revisão de Literatura, a qual se teve acesso e recorte conceitual.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estado da arte da literatura brasileira apresenta debates convergentes entre os grupos subdivididos no que diz respeito às verossimilhanças que os aproximam, isto é, nem todo o conjunto amostral obtido apresenta o Planejamento Turístico a partir de uma perspectiva sustentável e o associa como dimensão indissociável da governança. Sendo a governança um termo polissêmico (MEDIOTTE, 2020), considerou-se, a partir de pressupostos inferidos, que a compreensão da Governança Turística como paradigma (TRENTIN, 2016) inerente ao Planejamento Turístico se justifica pelas diversas formações dos estudiosos – estes oriundos de campos de saberes diversos e com distintos repertórios conceituais.

Em um estudo bibliométrico centrado no ensejo de analisar como a literatura nacional e internacional, tem-se debatido o Turismo de Base Comunitária, Graciano e Holanda (2020) constataram que os principais desafios descritos pelas bibliografias, de 2013 a 2018, pautavam-se em problemas de governança e planejamento. Entretanto, os autores ponderaram que, mesmo identificando a ineficácia da governança nos *locus* estudados, os pesquisadores não propuseram nenhuma solução para os desafios verificados. Para eles, as literaturas dos últimos cinco anos apresentam desafios já discutidos anteriormente, não apresentando inovações e perspectivas que possam ser utilizadas como propostas de intervenções.

Uniformemente à perspectiva supratranscrita, notou-se que as diversas compreensões sobre “Planejamento Turístico” são engendradas para o melhor desenvolvimento econômico local ou regional, sobressaindo a percepção do grau de eficiência, articulação e constituição da governança. Além disso, foi possível perceber que não existe um consenso sobre o fortalecimento da governança a partir de um Planejamento Turístico ou vice-versa.

Considerando que a governança envolve uma rede de atores que insere a comunidade local no processo de elaboração do Planejamento Turístico, ou seja, na fase de pré-construção, torna-se

indispensável que os três indicadores que caracterizam a governança estejam em plena sinergia para que o Planejamento Turístico, mormente o Sustentável, seja eficiente. Entretanto, a constituição da rede de Governança Turística já se estrutura a partir de um Planejamento que, *a priori*, se articula com *stakeholders* (as partes interessadas).

Contudo, é essencial que haja assimilação de que o Planejamento Turístico é inteiramente conexo à Governança, inclusive para minimizar os desafios socioeconômicos, socioculturais e socioambientais oriundos do vislumbre minimizado do turismo como atividade estritamente econômica.

Para melhor materializar a compreensão dos trabalhos selecionados sobre a Governança Turística e o Planejamento Turístico, apresentar-se-á, no Quadro 2, uma síntese da abordagem de ambas as dimensões. Tal síntese foi elaborada pelos autores deste estudo com base na bibliografia analisada e selecionada a partir da Revisão de Literatura, a qual subsidiou as concepções acerca dos temas abordados. *A priori*, é necessário que interpretamos como a Governança e o Planejamento são apresentados para que, *a posteriori*, sintetizemos as coligações.

Quadro 2 - Síntese da Governança e Planejamento Turístico.

Tratamento da Governança
A Governança Turística trata-se de um processo de gestão descentralizado, envolvendo a participação de diversos atores nas tomadas de decisões, sejam eles públicos, privados ou comunidade civil. Incide em descentralização nas tomadas de decisões, acompanhamento dos processos de aplicabilidade das propostas e fiscalização dos processos gerenciais, envolvendo horizontalidade, colaboração, transparência entre a rede de atores. É compreendida, para alguns autores, como articulação associativa de um processo colaborativo, coordenado e cooperado. Os processos democráticos participativos, bem como transparência e responsabilidade, são necessários para o firmamento de alianças que firmam os objetivos e planejamento em prol do coletivo, a fim de minimizar os interesses individuais.
Tratamento do Planejamento
O Planejamento Turístico atua como um roteiro que guia a oferta e demanda de serviços turísticos. É uma ferramenta que orienta a gestão do turismo e mantém a organização do setor, devendo ser construído a partir da participação da comunidade local e articulação com a esfera pública. Criticamente, alguns poucos artigos salientam a importância de um planejamento que abarque as dimensões ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável local. Além disso, mesmo que de forma pouco expressiva, em alguns trabalhos os autores reiteram o papel fundamental do planejamento na idealização e execução de políticas públicas, necessidade de um planejamento contínuo em função das trocas de gestões municipais. O Planejamento Turístico é ainda, para um dos autores, uma forma de oficialização do COMTUR e atividades oferecidas pelas agências turísticas.

Fonte - Elaborado pelos autores, com base no *corpus* conceitual utilizado neste estudo (2020).

A partir da síntese do Quadro 2, observa-se que há uma latente convergência com a literatura previamente consultada, no que diz respeito à governança. Já com relação ao Planejamento Turístico, é notável que a descrição da ferramenta pouco se aproxima da essência Sustentável e do desenvolvimento que concatena o social, físico e ambiental, para além dos esforços centrados no [desenvolvimento] econômico.

O Quadro 3, demonstra, sinteticamente, a proximidade da literatura no tocante ao Planejamento Turístico e Governança.

Quadro 3 - Abordagem do Planejamento Turístico e Governança.

Tratamento da discussão	Autor(es)
A articulação em rede e a atuação de atores do setor público, privado e participação da comunidade civil nos processos da Governança são essenciais para a elaboração do Planejamento Turístico, sendo que este se manifesta como eficaz a partir da gestão descentralizada, reverberando em um mecanismo para reduzir a formulação de políticas que atendam interesses particulares ou de grupos específicos. O Planejamento e a Governança se apresentam como duas dimensões paradigmáticas indissociáveis.	Paixão, Molteni e Cruz (2020); Graciano e Holanda (2020); Ramos (2019); Arruda, Mariani e Carvalho (2016); Abrahão e Tomazzoni (2018); Nery, Souza e Tomazzoni (2015); Brito e Araújo (2006); Paiva (2010); Barbará, Leitão e Filho (2007); Ckagnazaroff et al. (2008); Santos e Pereira (2020); Dallabrida (2016b); Trindade, César e Vianna (2018); Sperb e Serva (2018)
O Planejamento tende a fortalecer as estruturas de Governança. A participação coletiva e inclusiva da população local é necessária para a construção de um turismo que conceba a sustentabilidade e o uso dos espaços a partir de uma ótica crítica e acurada, por meio das parcerias e engajamento da sociedade nos processos decisórios de construção e implementação. A colaboração entre as parcerias se faz necessária e os representantes devem ter plena exatidão de seus papéis.	Ramos (2019); Arruda, Mariani e Carvalho (2016); Graciano e Holanda (2020); Dotto et al (2018); Nery, Souza e Tomazzoni (2015); Ferreira et al (2011); Paiva (2010); Santos e Pereira (2020); Dallabrida (2016b); Sperb e Serva (2018)
O Planejamento Turístico envolve processos desde o planejamento do turismo propriamente dito, em um destino qualquer, à criação de políticas públicas que visem ao desenvolvimento local. Isso só é possível a partir de articulações e condições participativas entre a rede de Governança. O Planejamento Turístico deve-se atentar, por meio da Governança, às peculiaridades de cada localidade, território, região, como: diferenças culturais, econômicas, sociais, ambientais, atrativas etc.	Abrahão e Tomazzoni (2018); Rodrigues e Abrúcio (2019); Le Bourlegat (2019); Santos e Pereira (2020)
O Planejamento não deve ser estritamente voltado aos interesses econômicos daqueles que tramitam a gestão turística. A falta de Planejamento entre os atores das instâncias de Governança pode acarretar em parcerias e concessões que causam divergências teórico-empíricas sobre a responsabilização cada vez maior do setor privado para com as atividades turísticas e, por conseguinte, fomentar uma segregação turística. Por outro lado, há a crença de que investimentos privados possam ser feitos nos bens públicos.	Rodrigues e Abrúcio (2019); Dotto et al. (2018)
Desafios evidenciados e/ou interpretados pelos autores acerca da Cooperação: Compreendida equivocadamente pela rede de atores como competição entre os destinos turísticos. Afetação do planejamento devido aos interesses particulares envolvidos. Falta de recursos financeiros. Pouca ou nenhuma estrutura ou expertise. Falta de educação turística. Desafios evidenciados e/ou interpretados pelos autores acerca da Coordenação: Planejamento essencialmente centrado no desenvolvimento econômico e secundarização das demais dimensões. Descontinuidade das proposições dos Programas; Problemas relacionados ao planejamento ambiental, como as queimadas, o tratamento de lixo e esgoto, poluição sonora e visual, evasão escolar, drogas, trabalho escravo e infantil, prostituição e doenças de todas as magnitudes. Desafios evidenciados e/ou interpretados pelos autores acerca da Colaboração: Falta de comunicação e transparência entre os atores. Responsabilização estritamente do poder público na preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental. Limitação cultural. Perca da identidade local e configuração de problemas sociais que influem na identidade do destino, como drogas, pichação e violência.	Graciano e Holanda (2020); Nery, Souza e Tomazzoni (2015); Rodrigues e Abrúcio (2019); Ramos (2019); Paixão, Molteni e Cruz (2020).

Fonte - Elaborado pelos autores, com base nos dados selecionados à pesquisa (2020).

Nesse contexto, observou-se que 15 artigos se aproximam da literatura previamente consultada, compreendendo o Planejamento Sustentável do Turismo como processo indissociável da Governança. Entretanto, a partir das dimensões supratranscritas no item 2.2 desse estudo, apenas nove desses 15 artigos compreendem o planejamento como ferramenta multidimensional e que deva abarcar todos os aspectos do desenvolvimento, isto é, dispor de estratégias que vai para além do

desenvolvimento estritamente econômico, abarcando, portanto, os aspectos socioculturais e ambientais (ACERENZA, 2002; BARRETTO, 2005).

A literatura de Governança Turística está em consonância com os debates relacionados aos aspectos territoriais. Examinando, comparativamente, a Governança Territorial em Portugal e no Brasil, Dallabrida (2016b) pôde constatar, por meio de entrevistas realizadas com representantes dos dois países, análise documental e visitas de campo, que em Portugal a governança se manifesta mais eficaz comparado ao Brasil. Dentre os desafios citados por Dallabrida (2016b), na governança brasileira, está a baixa preocupação com a sustentabilidade, baixa capacidade de inclusão social e centralização de poder. Observa-se, portanto, que os desafios supramencionados são reflexos da ineficácia (ou inexistência) do planejamento.

Os obstáculos supracitados são reverberados em outro estudo, conduzido por Sperb e Serva (2018). Na confluência entre Desenvolvimento Territorial Sustentável e Governança Territorial, os pesquisadores analisaram a ação das organizações de economia social e solidária na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), em Santa Catarina, constando conflitos de interesse entre as 9 organizações envolvidas na Rede TOBTerra, tomadas de decisões sem consultas às demais organizações, falta de transparência nas prestações de contas, alianças ou discordâncias latentes, pouca atuação de determinadas organizações, desconfiança, entre outros.

Sperb e Serva concluíram que, por mais que o planejamento fosse discussão frequente nas reuniões, a Rede TOBTerra “revelou uma verdadeira rede de Economia Solidária e de governança do turismo no território da APABF e imediações” (SPERB; SERVA, 2018, p. 107). Contudo, verifica-se que, ao afirmar que a governança pode ser considerada efetiva mesmo que os próprios membros das organizações participantes da Rede TOBTerra identifiquem a necessidade de um planejamento eficaz, os autores não estão equiparados ao que a literatura sobre Governança Turística propõe, ao pressupor aspectos como transparência, responsabilidade, equidade, organização coordenada, comprometimento e confiança (RING; VAN DE VEN, 1992; THOMSON; PERRY, 2006; DALLABRIDA, 2016a; DALLABRIDA, 2016b; MEDIOTTE, 2020).

Trabalhos sobre Governança Regional apontam desafios semelhantes aos revelados pela Governança Territorial. Em um estudo realizado em Estrada Real – uma extensão de 1400 km de estrada que perpassa 117 cidades potencialmente turísticas –, Barbará, Leitão e Filho (2007) salientam a indissociabilidade entre o desenvolvimento regional e governança, isto é, para que o desenvolvimento regional seja efetivo, os atores envolvidos no processo de gestão devem estarem alinhados à perspectiva descentralizada de poder, mobilização de diversos atores e interesses pautados no coletivismo.

Entretanto, em entrevistas realizadas com representantes do destino Estrada Real, Barbará, Leitão e Filho (2007, p.10, grifo nosso) constataram “pouca clareza quanto à compreensão do significado original do termo [governança]”, confundindo-o constantemente com parcerias público-privadas, o que evidencia necessidade de profissionalização/formação dos representantes que estão à frente da gestão.

Igualmente estudado pela academia, estão os obstáculos que o Desenvolvimento Local impõe ao meio ambiente. Segundo Buarque (2006), o desenvolvimento local é um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (municípios, localidades, microrregiões) que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população (BUARQUE, 2006). Não obstante, com vistas ao desenvolvimento e ampliação das capacidades econômicas, os recursos naturais, conforme sinaliza o autor, se esgotam frente à incapacidade de renovação, uma vez que a degradação causada muitas das vezes são irreversíveis. A exemplo dos obstáculos supramencionados em destinos turísticos podem ser verificados em municípios que não detêm de infraestrutura adequada para o atendimento da quantidade de turistas em algumas épocas do ano, também incluída como atividade ligada ao desenvolvimento local, esgotando a capacidade de carga máxima e exigindo que áreas verdes sejam planejadas para ampliação de espaço. Em síntese, o desenvolvimento local é um reducionismo do desenvolvimento econômico local, não priorizando os impactos da expropriação do espaço, cujos organismos ao redor são o meio ambiente e a sociedade, afetada diretamente pelo primeiro.

Um estudo realizado por um grupo de pesquisadores sobre desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no município de Paraty (RJ) revelou que a região carece de melhorias na infraestrutura, saneamento básico e capacitação da mão de obra. Além disso, chamam atenção ao cuidado na diferença entre “desenvolvimento no local” e “desenvolvimento local” e sugerem que

sejam criadas, no município de Paraty, políticas de desenvolvimento e conservação e advertem sobre a relevância de haver um planejamento cauteloso que preze pela sinalização local, saneamento básico, capacitação da mão de obra, a democratização do acesso, combate às queimadas, desmatamento, criação de aterros sanitários, impedimento do comércio ilegal da fauna e flora etc (FERREIRA et al., 2011).

De acordo com o Quadro 3, o Planejamento Turístico aparenta estar ligado à governança na medida em que os autores apresentam um discernimento de que o planejamento deve se valer de uma ferramenta inclusiva e ampliada da rede de atores. No entanto, considerar a governança a partir de parcerias e inclusão da comunidade local, ou mesmo no desenvolvimento local, regional e territorial, pouco diz sobre a inerência da Governança e Planejamento Turístico.

Nesse ínterim, o Planejamento Turístico deve ser observado para além de parcerias e concentração quantitativa de atores que compõem a rede, visto que participar difere de atuar (MEDIOTTE, 2020), uma vez que a atuação diz respeito à proposição, proatividade e até mesmo expertise na composição da rede, isto é, a participação não condiz como um indicador de governança a partir da análise dos papéis de cada ator.

À vista disso, concluiu-se que, de acordo com as macrorregiões e destinos turísticos supramencionados, os trabalhos sobre Governança e Planejamento Turístico Sustentável são evidentes no Nordeste, Sudeste e Sul, o que permite inferir que por concentrarem os destinos mais procurados pelos turistas internacionais e nacionais, de acordo com os Relatórios Descritivos com base nos anos de 2006-2012 (BRASIL, 2017a); 2009-2013 (BRASIL, 2017b); 2011-2015 (BRASIL, 2017c); 2012-2016 (BRASIL, 2017c); 2013-2017 (BRASIL, 2017e), bem como no Anuário Estatístico de Turismo – 2020 (BRASIL, 2019), dispostos no site do Ministério do Turismo, há uma condensação dos estudos nesses territórios.

A sustentabilidade, no que tange ao Planejamento Turístico, pouco foi explorada nas literaturas. Conforme o item 2.2, o planejamento dispõe de considerações estratégicas que visem a antecipar impasses oriundos da atividade turística. 52,63% dos artigos abarcaram a dimensão ambiental e sustentável como primazias que devam estar aliadas ao planejamento. Constatou-se que pelo menos um artigo tende a conceber a existência da Governança Turística, ou mesmo de um Planejamento do Turismo, ainda que os autores tenham detectado adversidades no que tange à transparência, horizontalidade, interesses em prol do coletivismo e equidade entre as entidades que se representam nas instâncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contribui para reflexões acerca do turismo no panorama da administração pública ao propor reflexões sobre a gestão, desafios e a interlocução do Planejamento Turístico e Governança no setor, verificando, por sua vez, a existência de ambos os aspectos na construção do turismo sustentável por meio do planejamento. É perceptível que as produções científicas sobre tal ensejo são emergentes, mesmo que haja um número muito limitado de estudos e o tema ainda não tenha a reverberação necessária pelo poder público.

Em função das carências de pesquisas que versem discutir o Planejamento Sustentável e a Governança Turística, cabe esclarecer que os artigos encontrados fazem reflexões limitadas e são, em sua maioria, reverberações de estudos de caso de alguma localidade/município, contendo, portanto, especificidades muito particulares dos *lôcus* estudados.

Nesse sentido, foi possível perceber que ainda se fazem escassos estudos no turismo que aproximem o planejamento da governança, bem como a proposição de modelos de planejamento sustentável que seja maximizado e inerente às condições locais do destino turístico. Nota-se a importância de mais estudos que fomentem a discussão do planejamento sustentável a fim de promover o turismo não apenas como atividade complementar de receitas econômicas, mas como um setor com grandes responsabilidades nos impactos ambientais.

Os desafios supratranscritos são associados pelos autores ao planejamento e à governança, isto é, os dilemas são compartimentados como problemas oriundos da ineficiência apenas do planejamento ou da governança, dissociando, assim, ambas as dimensões. A perspectiva do desenvolvimento sustentável e ambiental dos e nos destinos, de maneira geral, pouco protagonismo tem.

O referido estudo elucidou, a partir das literaturas consultadas, que o planejamento turístico tem primado pelo desenvolvimento econômico, revertendo em diversas dificuldades que o setor tem refletido com relação a uma participação e atuação democrática e efetiva nos processos de gestão, necessidade de qualificação da mão de obra, possibilidades de abusos nos preços dos produtos e serviços turísticos, degradação ambiental para construções de pousadas e quaisquer centros de conveniência, dificuldades para lidar com situações emergenciais em casos de desastres ambientais, os problemas gerados pela autonomia dada pelos Programas para a criação do fundo municipal e a necessidade de maior capacitação da rede de atores que concatenam a governança.

Contudo, apesar de não apresentarem modelos ou propostas satisfatórias, os pesquisadores têm ressaltado a importância do planejamento turístico como uma ferramenta que guiará todos os atores (a nível federal, estadual e municipal), processos e ações que a cadeia do setor engloba.

Observou-se ainda a carência da abordagem da Governança Turística por parte dos pesquisadores, evidenciando uma limitação que de fato promova as etapas do Planejamento pragmaticamente ao considerarmos, por exemplo, que a rede de atores envolvida (agentes públicos, privados, sociedade civil, representantes governamentais e não governamentais) se faz necessária desde a elaboração à execução do planejamento e fiscalização das atividades. É importante salientar que, para que a governança seja identificada, os indicadores coordenação, cooperação e colaboração precisam se fazer presentes, ou seja, eles precisam estar horizontalmente nivelados e com o mesmo grau de equilíbrio.

Recomenda-se que os estudos em Planejamento Turístico, além de pautar os aspectos socioculturais e ambientais, considerem os indicadores da governança para legitimar um planejamento colaborativo, coordenado e cooperativo entre a rede de atores, haja vista o papel da governança na minimização de impactos e verticalização com base no planejamento (ARRUDA; MARIANI; CARVALHO, 2016). As parcerias entre o setor público e privado, bem como a promoção de políticas públicas assertivas, são indispensáveis para a fomentação do desenvolvimento sustentável eficaz para a melhoria da qualidade de vida dos turistas e moradores locais.

Propõe-se, também, que as Instâncias de Governança promovam debates com a comunidade civil e insiram estes na idealização do planejamento em prol dos interesses coletivos e que estes possam atuar com expertise nas proposições, pré-construções e fiscalização das atividades. Além disso, a presença de pesquisadores, instâncias educacionais e a ocupação multidisciplinar das cadeiras nos Conselhos Municipais de Turismo e rede de governança são fundamentais para a condução do planejamento, como ambientalistas, geógrafos, administradores, turismólogos, representantes da Defesa Civil, representantes da Secretaria e Conselho Municipal de Saúde locais, representantes da Secretaria Municipal de Turismo, hoteleiros, empresários, comunidade civil, representantes do Poder Público Municipal, entre outros.

Por fim, reitera-se que trabalhos que tratem a governança como parte indissociável do Planejamento Turístico se fazem emergentes. Considera-se que a presente pesquisa é uma tentativa de compreender como esse debate tem sido feito no meio acadêmico e em que medida estes estudos corroboram para um turismo sustentável, a considerar a participação de diversos atores no processo de elaboração e execução do plano de desenvolvimento, seja local, territorial ou nacional.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq – Processos 429443/2016-1; 309363/2019-5), à Fundação de Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG – Processos APQ-01870-15; PPM-00049-18) e à Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES – Financiamento 001), Ministério da Educação, Brasil. Agradecimentos adicionais à equipe editorial e avaliadores anônimos pelas suas valiosas contribuições que repercutiram positivamente no presente artigo.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. A. **Administração do Turismo**: Conceituação e Organização. São Paulo: EDUSC, 2002.
- ARAÚJO, A. N. S. M. de. **Articulação entre o conceito de Governança e as funções de planejamento e controle na gestão de políticas públicas**. III Congresso Consad de Gestão Pública, 2010.
- ARRUDA, D. de O.; MARIANI, M. A. P.; CARVALHO, D. T. de. Coordenação e Governança entre Agências de Turismo e Atrações Turísticas: Uma análise de Turismo Sistemas de Produção no Brasil. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 8, n. 1, e002, pp. 1-16, 2016. <https://doi.org/10.18226/21789061.v8e002>
- BARBARÁ, S.; LEITÃO, M. C. da S.; FONTES FILHO, J. R. A Governança regional em turismo: realidade? Estudo de caso sobre o destino Estrada Real. **CADERNOS EBAPE**, v. 5, nº 4, pp. 2-16, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512007000400012>
- BARRETTO, M. **Planejamento Responsável no Turismo**. Campinas, SP: Papius, 2005.
- BENI, M. **Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional**. Planejamento Integrado do Turismo, 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 1997.
- BERTON, L. H.; CUNHA, S. K. da.; CUNHA, J. C. da. Planejamento e Governança de um *Cluster* Turístico. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...**Brasília: ANPAD, 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil – 2006-2012. **Relatório Descritivo**. Brasília, 2017. Disponível em < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html> >. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil – 2009-2013. **Relatório Descritivo**. Brasília, 2017a. Disponível em < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html> >. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil – 2011-2015. **Relatório Descritivo**. Brasília, 2017b. Disponível em < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html> >. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil – 2012-2016. **Relatório Descritivo**. Brasília, 2017c. Disponível em < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html> >. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil – 2013-2017. **Relatório Descritivo**. Brasília, 2017d. Disponível em < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html> >. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). Estudo da Demanda Turística Internacional no Brasil – 2018. 2015. **Estrutura de Pesquisa e Resultados do Turismo Receptivo**. Brasília, 2018. Disponível em < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html> >. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Anuário Estatístico de Turismo – 2020**. Brasília, v. 47, 2019. Disponível em < <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html> >. Acesso em: 13 out. 2020.
- BRITO, M. de M.; ARAÚJO, M. A. D. de. Aparato institucional para a gestão do turismo: o caso do estado de Sergipe. **Revista de Administração Pública**, v. 40, nº 2, pp. 254-270, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200005>
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. RJ: Garamond, 2002.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 3ª ed. RJ: Garamond, 2002.

CKAGNAZAROFF, I. B.; PEREIRA, L. Z.; ANDRADE, C. R.; ABREU, B. V. de. A governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. **Revista de Ciência Humanas – UFV**, v.8, n. 2, pp. 171-191, 2008.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a indicação geográfica como referência**. 1ª ed. São Paulo: Liberars, 2016a.

DALLABRIDA, V. R. Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e Governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **Revista EURE**, v. 42, nº 126, pp. 187-212, 2016b. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612016000200009>

DOTTO, D. M. R.; DERNADIN, A. C. M.; PONS, M. E. D.; CERETTA, C. C. Gestão Municipal e Ações Integradas para o Fortalecimento do Turismo no Território da Quarta Colônia, RS, Brasil. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 20, n. 1, pp.132-157, 2018. <https://doi.org/10.14210/rtva.v20n1.p132-157>

FERNANDES, S. M. N. **Turismo e desenvolvimento sustentável em comunidades piscatórias**. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Planejamento em Turismo). Universidade de Aveiro. Portugal, PT.

FERREIRA, M. T. da S.; MEIRELES, S. S. de.; MACEDO, M. A. da S.; BARONE, F. M.; ZOTES, L. P. Análise do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs): um estudo de caso no município de Paraty (RJ). **Revista de Administração Pública**, v. 45, nº 2, pp. 517- 539, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000200010>

FRAGA, B. de O. **Coprodução do plano de desenvolvimento com base nos princípios slow: Pesquisa-ação em Rio Doce (MG), Brasil**. 2018. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG.

GRACIANO, P. F.; HOLANDA, L. A. de. Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, n. 1, pp. 161-179, 2020. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1736>

GREENWOOD, J. Business interest groups in tourism governance. **Tourism Management**. nº 14, pp. 335-348, 1993. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(93\)90002-3](https://doi.org/10.1016/0261-5177(93)90002-3)

HALL, C. M. Rethinking collaboration and partnership: A public policy perspective. **Journal of Sustainable Tourism**. nº 7, pp. 274-289, 1999. <https://doi.org/10.1080/09669589908667340>

HALL, C. M. A typology of governance and its implications for tourism policy analysis. **Journal of Sustainable Tourism**. Special Issue Paper, 2011. <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.570346>

INSKEEP, E. **National and Regional Planning, Methodologies and Case Studies**. WTO, Routledge, 1993.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, v. 40, nº 3, p. 479-499, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000300008>

LOHMANN, G., PANOSSO, Netto, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LUCAS, F. L. Circuitos turísticos no Brasil: Governança e políticas públicas. **Revista Geografica Venezuelana**, v. 55, nº 1, pp. 45-67, 2014.

MEDIOTTE, E. J. **Avaliação da Governança em Instâncias Deliberativas Coletivas e sua relação com o Planejamento Turístico no município de Tiradentes (MG)**. 2020. 241 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG.

MEDIOTTE, E. J.; EMMENDOERFER, M. L.; OLIVEIRA, G. de A. A Polisssemia da Governança Pública nos Estudos do Turismo: uma revisão sistemática. **Revista Turismo em Análise**, v. 31, n. 1, p. 159-178, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v31i1p159-178>

NERY, C.; SOUZA, J.; TOMAZZONI, E. L. Análise do Plano de Turismo Municipal de São Paulo (PLATUM), com enfoque no desenvolvimento econômico. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 9, n. 2, pp.19-54, 2015.

- PAIVA, M, das G. de M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Revista de Administração Pública**, v. 44, nº 2, pp.198-213, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200002>
- PAIXÃO, D. L. D.; MOLTENI, A. da C.; CRUZ, M. M. da. Convention & Visitors Bureaus (CVBX) e Marketing Colaborativo: estudo sobre os motivos de cooperação dos atores do destino nas ações do CVB de Curitiba – Paraná. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 22, n. 2, pp.355-379, 2020. <https://doi.org/10.14210/rtva.v22n2.p355-379>
- RAMOS, S. P. Desafios do planejamento e desenvolvimento do turismo cultural em centros históricos tombados: o caso de Penedo – Alagoas. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (URBE)**, v. 11, p. 1-14. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180075>
- RAQUEL, I.; BELLEN, H. M. V. Contribuição à concepção da Governança pública: uma análise a partir da visão dos especialistas. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, 2012. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- RICH, G. A.; BOMMER, W. H.; MACKENZIE, S. B.; PODSAKOFF, P. M.; JOHNSON, J. L. Apples and apples or apples and oranges? A meta-analysis of objective and subjective measures of salesperson performance. **Journal of Personal Selling & Sales Management**. vol. 19, nº 4, pp. 41-52, 1999.
- RING, P. S.; VAN DE VEN, A. H. Structuring cooperative relationships between organizations. **Strategic Management Journal**, v. 7, nº 13, pp. 483-498, 1992. <https://doi.org/10.1002/smj.4250130702>
- RODRIGUES, C. G. de O.; ABRUCIO, F. L. Parcerias e concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de Governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, nº 3, pp. 105-120, 2019. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1575>
- RUSCHMANN, D. Van de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do Meio Ambiente**, 16ª ed. Campinas: Papirus, 1997.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia social e solidária, Governança e turismo no âmbito do desenvolvimento territorial sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, nº 50, pp. 93-109, 2018. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018v20n50p93>
- THOMSON, A. M.; PERRY, J. L. Collaboration Processes: Inside the Black Box. **Public Administration Review**. Special Issue. pp. 20-32, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2006.00663.x>
- TRINDADE, B da S.; CÉSAR, P. A. B.; VIANNA, S. L. G. Governança do Turismo: Planejamento e Gestão Local e Regional em Gramado-RS, Brasil. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 11, nº 2, pp. 654-663, 2019. <https://doi.org/10.18226/21789061.v11i3p653>
- TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação de Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (PASOS)**, v. 14, nº 3, pp. 645-658, 2016. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2016.14.042>
- UNWTO. **International Recommendations for Tourism Statistics 2008**. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf#page=21> Acesso em: 12 jan. 2020.

Recebido em: 27/05/2021

Aceito para publicação em: 13/08/2021